

MOTIVAÇÕES PARA ADOÇÃO TARDIA: ENTRE O FILHO IMAGINADO E A REALIDADE ¹

Débora da Silva Sampaio ², Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-5697-0856>
Andrea Seixas Magalhães ², Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2992-9844>
Rebeca Nonato Machado ², Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9465-1570>

RESUMO. O presente artigo é parte de pesquisa mais ampla sobre o vínculo parento-filial nas adoções tardias. O objetivo deste estudo foi investigar as motivações para adoção tardia, buscando analisar o papel do trabalho dos Grupos de Apoio à Adoção no momento da escolha do perfil. Foram entrevistados dez sujeitos independentes, três homens e sete mulheres, que adotaram crianças maiores de dois anos e as entrevistas analisadas pelo método de análise de conteúdo. O desejo por vivenciar a parentalidade se apresentou como motivação imperativa no momento da escolha por uma adoção. De modo geral, as motivações para adoção tardia se apresentaram permeadas por mitos que se constituem como crenças, produzindo efeitos impeditivos ou impulsionadores. O altruísmo como motivação para adoção tardia emergiu no presente estudo como um complicador na medida em que prevalece o desejo de ser o salvador e não o de salvar. Destaca-se o trabalho realizado nos Grupos de Apoio à Adoção como fator fundamental na desconstrução de mitos e fantasias dos pretendentes, na conscientização sobre o real perfil das crianças abrigadas e sobre a adoção tardia como possibilidade.

Palavras-chave: Motivação para adoção; adoção tardia; parentalidade.

MOTIVATIONS FOR LATE ADOPTION: BETWEEN THE IMAGINED CHILD AND REALITY

ABSTRACT. The present article is part of a broader research on the parent-child bond in late adoptions. This study aimed to investigate the motivations for late adoption, seeking to analyze the role of the work done by the Adoption Support Groups in the moment of choosing the profile. The authors interviewed ten independent subjects, three men and seven women, who adopted children older than two years, and they analyzed the interviews using the content analysis method. The desire to experience parenthood proved to be the imperative motivation in the moment of seeking for an adoption. In general, the motivations for late adoption presented themselves permeated by myths that are established as beliefs, producing impeditive or driving effects. Altruism as motivation for late adoption emerged in the present study as a complicating factor since what prevails is the desire to be the savior and not the desire to save. The authors highlight the work done by the Adoption Support Groups as a fundamental factor in the deconstruction of the myths and fantasies of the applicants, in raising awareness both on the true profile of the sheltered children and late adoption as a possibility.

¹ Apoio e financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

² Pontifícia Universidade Católica (PUC), Rio de Janeiro-RJ, Brasil.



Keywords: Motivation for adoption; late adoption; parenthood.

MOTIVOS PARA LA ADOPCIÓN TARDÍA: ENTRE EL HIJO IMAGINADO Y LA REALIDAD

RESUMEN. El presente artículo forma parte de una investigación más amplia sobre el vínculo pariente-hijo en las adopciones tardías. El objetivo de este estudio fue investigar las motivaciones para las adopciones tardías, buscando analizar el rol del trabajo de los Grupos de Apoyo a la Adopción en el momento de la selección del perfil. Se entrevistaron 10 sujetos independientes, 3 hombres y 7 mujeres, que adoptaron niños mayores de dos años y las entrevistas analizadas por el método de análisis de contenido. El deseo de vivir la parentalidad se presentó como motivación imperativa en el momento de optar por una adopción. De modo general, las motivaciones para la adopción tardía se presentaron permeadas por mitos que se constituyen como creencias, produciendo efectos impeditivos o impulsores. El altruismo como motivación para adopción tardía emergió en el presente estudio como un factor que complica, en la medida en que prevalece el deseo de ser el salvador y no el de salvar. Se destaca el trabajo realizado en los Grupos de Apoyo a la Adopción como factor fundamental en la deconstrucción de mitos y fantasías de los pretendientes, generando conciencia sobre el real perfil de los niños albergados y sobre la adopción tardía como posibilidad.

Palabras clave: Motivación para adopción; adopción tardía; parentalidad.

Introdução

O movimento de incentivo à adoção como uma via para a parentalidade e filiação tem sido cada vez mais bem-sucedido dentre as medidas para viabilizar o direito da criança ou do adolescente de pertencer a uma família. Um dos reflexos disso é o aumento, gradativo, da adoção de crianças maiores de três anos denominada adoção tardia. No cenário nacional essa transformação se faz cada vez mais necessária, tendo em vista que a maioria das crianças disponíveis se encontra nessa faixa etária. As urgências para alterar esse quadro fazem parecer ínfimas as conquistas da cultura da adoção. Na literatura consta que a preferência dos pretendentes à adoção é por bebês e, em sua maioria, brancos (Vargas, 2013; Peiter, 2011; Ladvoat, 2014).

No cenário nacional, pode-se dizer que, historicamente, a adoção surge como o meio pelo qual o Estado e a sociedade buscam promover proteção e vigilância para as crianças de famílias miseráveis. Esta intenção emerge a partir do antigo Código de Menores (Lei nº 6.697, 1979). Nesse contexto, o acolhimento em instituições representava a saída para a situação irregular de crianças socialmente nomeadas como carentes, abandonados e infratores (Vicente, 2006). Este estereótipo perdura nos dias atuais, o que nos faz pensar que a preocupação diante de tal vulnerabilidade se camufla historicamente por meio de uma falsa proteção.

Com a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Lei nº 8.069, 1990), as instituições asilares para menores foram praticamente extintas. Todavia, a cultura institucionalizante resiste pelo processamento lento que toda mudança desse nível impõe (Rizzini & Rizzini, 2004). A criação do ECA evidencia um novo paradigma na assistência a crianças e adolescentes e vem priorizar o convívio familiar oferecendo direitos tanto às

crianças quanto às famílias. A instituição deixa de ser puramente assistencialista e passa a focalizar a oferta de subsídios para a socialização e o desenvolvimento infantil.

Em 2009, o ECA sofreu sua primeira reforma. A implantação da Lei nº 12.010 (2009), conhecida como Lei Nacional de Adoção representou um grande passo jurídico, consolidando uma transformação social, tanto da concepção de família, como também em relação ao acolhimento de crianças e adolescentes. Entre as novas designações introduzidas por esta lei estão o poder familiar em vez de pátrio poder e o acolhimento familiar em substituição ao acolhimento institucional. Por meio dessas alterações, buscou-se demarcar os direitos à vida, à saúde, à convivência familiar e comunitária e aos laços fraternos, nos casos de guarda de grupos de irmãos.

De acordo com as modificações estabelecidas pela legislação, as instituições de acolhimento ficam responsáveis por adotarem o princípio da preservação dos vínculos familiares e da promoção da reintegração familiar. Desta forma, nota-se que a nova lei tem como principal prerrogativa auxiliar as famílias de origem, visando promover o restabelecimento do convívio o mais breve possível (Silva & Arpini, 2013). Contudo, em muitos casos, a reintegração é uma tentativa difícil de ser alcançada, por isso as crianças acabam permanecendo por muito tempo nos abrigos. Quando esses esforços são esgotados, levando a criança a ficar disponível para adoção, a mesma já se encontra com idade avançada, sendo sua única alternativa a aceitação de pretendentes à adoção tardia. Diante desse quadro, a maioria das crianças que compõe a lista nacional de espera são maiores de dois anos, configurando uma realidade de imensa demanda para a efetivação de adoções tardias no Brasil (Vargas, 2013).

O descompasso entre a demanda das crianças e dos pretendentes exige intenso trabalho de conscientização e desmitificação das adoções tardias. As especificidades relacionadas à condição e à história das crianças maiores precisam ser tratadas sem estigmas e preconceitos, aspectos ainda muito presentes no imaginário social. Para tanto, os Grupos de Apoio à Adoção aparecem como recurso fundamental na preparação dos pretendentes à adoção, proporcionando um espaço valioso de trocas de vivências, potencializando reflexões sobre o tema.

Esse processo de revisão dos estereótipos acerca da adoção tardia acaba contribuindo para os candidatos alterarem o perfil das crianças que eles buscam adotar, flexibilizando-o e ampliando as possibilidades de inclusão. Amim e Menandro (2007) apontam que o trabalho realizado nesses grupos auxilia na mudança do perfil escolhido durante o cadastro. Segundo a pesquisa dos autores, apenas 4% dos pretendentes chegam ao grupo dispostos a adotarem crianças maiores de quatro anos e, ao final dos encontros, esse número já chega a 20%.

Esses grupos são organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, que passaram a se organizar a partir de pais adotivos que identificaram a necessidade de se unirem para trocar experiências, vivenciando ajuda mútua. Posteriormente, os grupos passaram a contar com ajuda de profissionais interessados no tema e a fazer parcerias com as Varas de Infância e da Juventude (Levy & Gomes, 2017).

As famílias que se disponibilizam para esse tipo de adoção têm que lidar com vivências muito singulares de crianças que permaneceram durante período variável em instituições de acolhimento. Sendo assim, torna-se impossível negar o histórico de rupturas do filho adotivo, que pode ser composto por abandonos em diversas dimensões, e possíveis experiências de violência e abuso. Essas crianças, em sua maioria, acompanharam as falhas ambientais de sua família de origem, assim como a construção e a desconstrução

de laços nos abrigos, criando um percurso de fragilidades que repercutirá na construção de novos vínculos familiares.

Cabe ressaltar que toda criança colocada para adoção, mesmo sendo um bebê, possui marcas mnêmicas e afetivas de sua história. Por isso, tanto na adoção precoce como na tardia, é ilusão entender que o filho adotivo não trará consigo os registros de sua história de origem. Entretanto, quando se trata de uma criança maior, principalmente pelo fato de já existir a aquisição da linguagem, elas se posicionam diante dos pais adotivos de forma mais complexa e explícita em relação às suas demandas e conflitos (Costa & Rossetti-Ferreira, 2007).

Nas adoções tardias, a criança é capaz de negociar a afetividade e a construção do amor filial, caracterizando vicissitudes específicas à construção do vínculo. Portanto, nessas adoções os pais devem se disponibilizar emocionalmente para lidar com um lastro de vida anterior dos filhos, composto por significados específicos tanto da cultura familiar de seus genitores quanto das suas experiências passadas, que são verbalizadas com maior clareza (Machado, Féres-Carneiro, & Magalhães, 2015).

Nesse contexto marcado por rupturas, o filho de adoção tardia poderá pôr à prova o amor dos novos pais para ter certeza de que estes serão capazes de permanecer apesar das circunstâncias. Para isso, poderão surgir movimentos regressivos, entendidos por alguns autores como indispensáveis para a retomada do desenvolvimento, possibilitando o resgate e as elaborações de vivências anteriores (Vargas 2013; Otuka, Scorsolini-Comin, & Santos, 2012; Zornig, 2008). Para ter a certeza de que a nova família será capaz de exercer a função de cuidado e proteção, o movimento regressivo representa a importância de se colocar no lugar novamente de bebês, se apresentando em um tempo lógico e não cronológico (Zornig, 2008).

A opção pela adoção tardia, de modo geral, vem de casais que já passaram pela experiência parental, indivíduos solteiros, divorciados e viúvos que não possuem disponibilidade ou desejo de cuidar de um recém-nascido. Em geral, a preferência de escolha para adoção de bebês se justifica pela ilusão de que são mais fáceis de serem moldados (Costa & Rossetti-Ferreira, 2007; Ebrahim, 2001).

A literatura tem apontado como principal motivação para adoção a infertilidade (Giacomozzi, Nicoletti, & Godinho, 2016; Gondim et al., 2008; Levinzon, 2004). Contudo, alguns autores trazem outros aspectos relevantes que demarcam a busca por adoção. De acordo com Gondim et al. (2008), as principais motivações que levam à adoção são o desejo de formar uma família, a vontade de ter um filho, ajudar uma criança e a dificuldade de engravidar. Riede e Sartori (2013) destacam também como motivação para adoção a necessidade de preencher a solidão, proporcionar companhia a um filho único, possibilidade de escolha do sexo da criança, substituição de um filho falecido, dentre outras. Já Ebrahim (2001) assinala o altruísmo como característico nas motivações de quem opta pela adoção tardia. Seja qual for a motivação, ela traz consigo a busca por algum tipo de satisfação narcísica que merece atenção e cuidado.

As motivações dos pais para adotar um filho influenciam o desenvolvimento dos vínculos (Cardoso & Baiocchi, 2014; Ladvoat, 2014; Trindade-Salavert, 2010), servem como base para a preferência por um tipo de adoção e são subsidiadas por fantasias que darão o contorno ao tipo de construção do vínculo (Machado et al., 2015). Por isso, refletir sobre as fantasias envolvidas colabora para a prevenção de frustrações diante daquilo que possa ter sido idealizado a respeito da parentalidade e da filiação.

Segundo Ghirardi (2015), todo projeto de filiação, seja ele adotivo ou biológico, é, por excelência, narcísico, uma vez que os pais depositam nos filhos suas aspirações,

frustrações e renúncias. A problemática maior surge quando a criança que irá ser adotada ocupa o lugar de solução para as frustrações dos pais. As fantasias e dúvidas que percorrem o imaginário dos pretendentes à adoção, além das fantasias criadas pelas crianças sobre a família adotiva, apontam para a necessidade de um trabalho de preparação para que a inserção da criança na família substituta e a construção do vínculo parento-filial se dê de maneira mais favorável possível. Algumas dessas fantasias se baseiam em mitos que permeiam a adoção como, por exemplo, a bagagem que a criança trará consigo sendo determinada pelo 'sangue ruim' da família biológica (Levy & Gomes, 2017; Luz, Gelani, & Amaral, 2014; Vargas, 2013).

Diante desse contexto, no presente trabalho, objetivou-se investigar, a partir de narrativas de pais que adotaram crianças maiores de dois anos, quais foram as motivações para adoção tardia, buscando analisar o papel do trabalho dos Grupos de Apoio à Adoção no momento da escolha do perfil.

Método

Participantes

Foram entrevistados dez sujeitos independentes (pertencentes a diferentes famílias, portanto, não havendo laços de parentesco entre eles), sendo três homens e sete mulheres moradores do Estado do Rio de Janeiro. Com relação à configuração familiar, um homem e duas mulheres com famílias monoparentais, quatro mulheres com famílias heteroafetivas, dois homens com famílias homoafetivas e uma mulher com família homoafetiva; todos com escolaridade superior, com guarda provisória da(s) criança(s) ou com processo de adoção concluído.

Dentre os entrevistados, cinco estavam, por ocasião da entrevista, com o processo de adoção concluído e os demais estavam apenas com a guarda provisória, aguardando a finalização do processo. As crianças foram acolhidas pelas famílias com idades que variaram entre dois anos e meio e 11 anos de idade, configurando a chamada adoção tardia, anterior ao período da adolescência. Além disso, outro aspecto que compõe o perfil dos entrevistados é o início do processo de adoção com a guarda provisória há, no mínimo, seis meses, antes da realização da pesquisa.

Uma característica comum a todos foi o fato de que os participantes, quando iniciaram o processo de adoção, já tinham intenção de adotar uma criança maior de dois anos. Todavia, durante a fase inicial do processo, os próprios entrevistados relataram que tiveram certo receio a respeito de ter poucas chances de adotar crianças pequenas. Em relação a isso, seis entrevistados assinalaram que aumentaram a idade do perfil inicial, pelos encontros em Grupos de Apoio à Adoção. Na apresentação dos resultados, os sujeitos receberam nomeações fictícias especificadas na Tabela 1, na qual constam os dados biográficos de cada um dos sujeitos mais detalhadamente.

Tabela 1. Dados biográficos dos participantes

Participante	Idade	Profissão	Configuração familiar	Idade da criança quando adotada	Idade atual da criança
Ana	35	Advogada	Heteroparental	2a; 3a 6m (irmãos)	4a; 5a 6m
André	47	Engenheiro civil	Monoparental	11a	15a
Mario	39	Contador	Homoparental	11; 2a 6m, 1a 6m; 3m (irmãos)	13a; 5a; 3a; 2a
Claudia	50	Professora	Heteroparental	6a; 8a (irmãos)	7a; 8a
Lucas	38	Projetista	Homoparental	6a; 9a; 11a (irmãos)	7a; 10a; 11a
Sara	44	Contadora	Heteroparental	7a	10a
Fernanda	45	Professora universitária	Heteroparental	4a; 10a (irmãos)	5a; 11a
Julia	37	Consultora de beleza	Monoparental	2a 6m	6a
Vânia	45	Advogada	Homoparental	6m, 5a; 12a	27a; 12a; 16a
Laura	46	Assistente social	Monoparental	9a	15a

Fonte: As autoras.

Instrumento

Como instrumento de investigação, realizou-se uma entrevista individual com roteiro semiestruturado, contendo questões abertas, composta pelos seguintes eixos temáticos: motivação para a adoção; vivências anteriores, familiares e rede; experiências subjetivas da parentalidade, experiência da construção do vínculo, fantasias relacionadas ao filho imaginado.

Procedimentos

Após aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa da universidade onde foi desenvolvido (número de protocolo 2016-20), os participantes foram recrutados a partir do contato com os Grupos de Apoio à Adoção e, também, por contatos informais em diferentes redes sociais da pesquisadora. As entrevistas foram realizadas em local de preferência do entrevistado, gravadas em áudio, com a devida autorização dos participantes, mediante a assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e tiveram duração média de 01 hora.

O material foi transcrito e submetido ao método de análise de conteúdo, na sua vertente categorial, com a finalidade de investigar, a partir do material discursivo, as significações atribuídas pelos entrevistados aos fenômenos (Bardin, 2011). Por meio da técnica categorial, foram destacadas categorias temáticas, organizadas a partir da semelhança entre os elementos contidos no material coletado. Para tal, procedeu-se uma 'leitura flutuante', agrupando-se dados significativos, identificando-os e relacionando-os, até se destacarem as categorias de análise. O ponto de saturação considerou a repetição dos temas que levaram às categorias, não emergindo, portanto, novas informações e podendo ser interrompido o ciclo de recolha e análise de dados.

O presente trabalho faz parte de uma pesquisa mais ampla, na qual o objetivo geral foi investigar a construção do vínculo parento-filial nas adoções tardias. Dessa investigação, emergiram sete categorias das narrativas dos participantes: 'vivência da parentalidade, motivação para adoção, participação da rede, fantasias e expectativas na adoção tardia,

bagagem da criança, pedras no caminho da adoção tardia e adoção mútua'. Para alcançar os objetivos deste trabalho, destacou-se a categoria 'motivação para adoção', tendo as categorias restantes sido discutidas em outros trabalhos.

Resultados e discussão

As motivações podem ser categorizadas de maneiras variadas, tendo como fontes de origem a infertilidade, a perda de um filho, a transmissão familiar, a filantropia, entre outras. Essas motivações estão entremeadas de desejos inconscientes que alicerçam a demanda por um filho (Machado et al., 2015).

Um dos fatores motivacionais mais comuns para a opção pela adoção é a presença da infertilidade de um ou ambos os cônjuges. Contudo, para os sujeitos entrevistados a infertilidade não foi a principal fonte de origem para definição da escolha. Observou-se, na narrativa da maioria deles, que o desejo de vivenciar a parentalidade se mostrou imperativo, sendo que o mesmo se apresentava impossibilitado não apenas pela infertilidade, mas por outras questões como, por exemplo, alguma doença que dificultaria a gestação. Ademais, alguns manifestaram desejar ter um filho sem necessariamente ter um parceiro, sendo muito maior a vontade de constituir uma família composta pela troca entre as diferentes gerações do que de seguir o modelo de uma família tradicional, corroborando com os dados apresentados por Gondim et al. (2008).

Sempre foi um sonho desde criança [...]. E depois que eu descobri que era gay essa foi minha única preocupação, como eu vou ter filhos? E aí eu já sabia sobre a questão da adoção, então era uma coisa que já tava meio que certa pra mim (Mario, homoparental).

Desde sempre eu pensei nisso, se um dia eu fosse ser mãe eu preferia que fosse por adoção, porque eu sempre achei que tinha muita criança no mundo e que não necessariamente é a biologia que dá um vínculo [...]. Um dia que eu resolvi ser mãe, aconteceu de eu já também não poder ter filho (Claudia, heteroparental).

E aconteceu que nos quatro anos depois que o meu filho nasceu eu voltei a ter uma doença que acabou tirando meu útero fora e essa decisão foi condicionada a eu ter outra criança. Eu falei com meu marido, olha só, eu queria ter mais uma criança pra ver se vinha uma menina, mas como o meu útero não tá dando eu vou tirar, mas você se compromete comigo em adotar uma menina? (Laura, heteroparental).

Especificamente com relação à motivação para adoção tardia, os entrevistados destacaram que não sentiam necessidade de ter um bebê. Dentre as principais justificativas dos entrevistados para a não preferência por um bebê, destacaram-se o trabalho e a dedicação que este requer, ou a experiência anterior da parentalidade com um recém-nascido, no caso dos participantes com filhos biológicos.

Não tenho paciência com bebê, eu acho muito fofo, muito bonito, até os dois primeiros segundos quando começa a chorar e não dormem à noite. Então, por essa razão, e pela vida que eu já tenho, que é muito atribulada, eu tenho trocentos mil compromissos, eu não queria abrir mão nem de uma coisa e nem de outra, então eu optei por uma criança um pouco mais independente (Vânia, homoparental).

Eu tenho um pouco de dificuldade de conversar com criança pequena [...] nunca tive aquela coisa assim, aquela necessidade de trocar fralda não. Eu preferi, crianças já maiores, até hoje mesmo, até pela minha idade, um bebê é uma coisa que dá muito trabalho (Claudia, heteroparental).

Existe a presença de mitos a respeito da adoção tardia, os quais contribuem muito para a permanência das crianças em instituições de acolhimento. Os medos dos pretendentes, mais comuns, dizem respeito ao passado da criança, envolvendo o mito do

‘sangue ruim’, além das fantasias de que a mesma se for de menor idade será mais fácil de ser moldada dentro dos costumes da família adotiva (Luz et al., 2014; Vargas, 2013).

Percebeu-se, a partir das falas dos participantes, que há não somente mitos que impedem a escolha pela adoção tardia, existem também os que impulsionam para essa opção de perfil. Nas falas dos entrevistados, observou-se a presença do mito ‘não cuidar de um bebê’, relacionado ao medo de vivenciar a trabalhosa relação primitiva bebê-cuidador. Dessa forma, há a crença de que seriam dribladas algumas dificuldades na parentalidade que os pais imaginam serem complicadas de administrar, como mudar demasiadamente a vida, sobretudo quando têm idade avançada, assim como enfrentar o processo árduo de decifrar as demandas de um bebê (Sampaio, Magalhães, & Féres-Carneiro, 2018).

Pôde-se notar que os sujeitos entrevistados não identificam que mesmo se tratando de crianças maiores, elas carregam consigo as vivências internas de bebê (ansiedades precoces, demandas primitivas de amor, de segurança, de contenção e de busca por sentido), as quais são reatualizadas no processo de construção do vínculo parento-filial adotivo. Apesar de se tratar de adoção tardia, os pais se defrontam com o infantil primitivo das crianças, que exige disponibilidade afetiva para os cuidados sensíveis.

Nossa é um trabalhão! Eu achei que era mais fácil (risos). Gente eu jurava que era só dar amor, eu pensava isso [...] tudo errado, não é só isso não, tem a parte que não quer te obedecer, tem a parte que não quer te escutar, tem a parte de que quer fazer mal criação, gente do céu, é muita trabalhadeira [...] então ser mãe é muito muito muito muito trabalhoso, mas eu gosto, no final vale a pena (Vânia, homoparental).

Um dos aspectos importantes da adoção tardia é a regressão da criança, que se apresenta na relação e que faz parte do movimento de reparação daquilo que anteriormente possa ter se apresentado como falho, negligente ou faltoso. Levy e Bittencourt (2013) destacam que a fase inicial da filiação é marcada por regressões diversas, sendo comum que a criança faça reivindicações maternas na tentativa de busca de contato e de exclusividade diante do amor dos pais. Para as autoras, esse movimento caminha em direção à reparação de um objeto bom de apego primário.

De acordo com Vargas (2013), o processo de adoção tardia só se torna completo quando a criança retoma seu desenvolvimento, ou seja, o processo psíquico de regressão será fundamental para a concretização da adoção. A criança irá se reportar a um estado imaginário de recém-nascido, vivenciando um segundo nascimento a partir do qual irá percorrer fases importantes do seu desenvolvimento.

Com base nos dados coletados, percebeu-se que, diferentemente do que os pais imaginaram previamente, o comportamento da criança não foi definido por sua idade cronológica, mas influenciado por seus desejos, fantasias e demandas precoces. Conforme Zornig (2008, p. 77) formula que “[...] a criança desafia a razão lógica ao construir sua própria verdade em seu próprio tempo lógico, e não cronológico”. Os filhos de adoção tardia acabaram mostrando para seus pais o quanto era importante sentirem-se bebês em uma ‘dependência absoluta’ para se certificarem de que os pais podiam ocupar a função de serem continentes e referências seguras. A autora afirma que há um infantil permanente no adulto, o qual acaba sendo influenciado pelos conflitos, traumas e desejos precoces da vida.

Entende-se que a demanda ligada aos comportamentos regredidos parece ser um recurso para que seja estabelecida a função parental de maneira sólida, conectada à atitude de sustentar a necessidade de cuidados básicos, e de vivenciar a sexualidade, para que se consolidem as sensações de ser amado e de pertencimento. Ressalta-se que a regressão

dos filhos de adoção tardia é mais do que um teste, tem papel estruturante do vínculo parento-filial, já que leva a um tempo de 'retroação subjetiva' (Zornig, 2008), buscando a re-construção da subjetividade no tempo da relação corpo a corpo com o outro até caminhar rumo à apropriação simbólica do vínculo.

Embora os pais entrevistados tenham destacado em suas falas que, anteriormente à adoção, existia certo receio relacionado ao cuidar de um bebê, cabe assinalar que todos eles se mostraram disponíveis nos momentos de regressão e sensíveis às necessidades mais básicas dessas crianças. Isso foi fundamental para a instauração de um ambiente suficientemente bom, favorecendo a construção do vínculo parento-filial. Nesse sentido, a narrativa destacada abaixo exemplifica tal disponibilidade.

Ela sente muito a falta da mãe, porque a mãe morreu, então ela sente muito a falta da mãe. Então essas experiências, elas chocam (experiências anteriores da criança). Não vou dizer que chocam não, elas complementam o nosso convívio que aí eu consigo entender algumas coisas, algumas demandas delas, consigo, dali, gerir o que eu vou fazer. [...] olha, não proíba o seu filho de falar do passado que é pra você entender o que aconteceu com ele e trabalhar isso no futuro com ele [...]. Então essas experiências anteriores delas serve até pra entender a dinâmica delas hoje (Vânia, homoparental).

As motivações para a adoção tardia foram banhadas por mitos que se constituíram como crenças, tendo efeitos impeditivos ou impulsionadores. Observa-se que os pais entrevistados foram capazes de renunciar à crença de que não lidariam com um bebê ao se depararem com as atitudes regredidas dos filhos. Britton (2003) afirma que a capacidade de renunciar os objetos perdidos, bem como as crenças, está associada à capacidade de tolerar a distinção entre o subjetivo e o objetivo. Sendo assim, entendemos que os pais capazes de sustentar a regressão dos filhos, podem apresentar maiores chances de tolerarem a diferença entre as expectativas e a realidade que o vínculo parento-filial adotivo impõe.

Ainda no que diz respeito à motivação para a adoção tardia, foi possível constatar a conscientização sobre as características imbricadas nesse tipo de adoção e sobre o real perfil das crianças abrigadas, na maioria, crianças maiores de três anos. A partir das narrativas, percebe-se que isso ocorreu, sobretudo, pelo trabalho realizado nos Grupos de Apoio à Adoção, como ilustra a fala de Sara.

O nosso primeiro perfil traçado seria de um a quatro anos, só que no Grupo de Adoção eles falavam que as crianças continuavam nos abrigos depois de certa idade, que ninguém queria e isso mexeu muito com a gente, principalmente com o meu marido. [...] e aí a gente decidiu aumentar essa idade pra dar uma chance maior pra uma criança. Então nosso perfil inicial era de zero a quatro anos, né, depois a gente mudou de zero a sete (Sara, heteroparental).

Dentre os dez entrevistados, cinco relataram que mudaram o perfil a partir dos encontros nos Grupos de Apoio à Adoção, dando ênfase à relevância das informações sobre o perfil da maioria das crianças que compõem a lista do cadastro nacional de adoção em detrimento do perfil inicialmente idealizado pelos pretendentes. Isso não só ampliou a consciência dos pais sobre a realidade dessas crianças, como também os fez se interessarem por elas.

A conscientização dos participantes a respeito do perfil das crianças disponíveis para adoção promovida nos grupos de adoção também foi apontada em pesquisa realizada por Queiroz e Brito (2013). As autoras afirmam que a mudança de perfil se deve à sensibilização e aos esclarecimentos dados aos pretendentes, que favorecem a compreensão sobre o processo de adoção. Além da informação, o sentimento de pertencimento e a possibilidade

de compartilhar sentimentos e temores são favorecidos no grupo, que se configura como um espaço de colaboração e acolhimento mútuo entre os pretendentes à adoção.

Os pais que decidiram aumentar a faixa etária associam que o perfil inicial estava embasado em medos, fantasias, preconceitos, principalmente com relação ao passado da criança.

Naquele momento, reproduzindo todos os pré-conceitos, eu marquei até quatro anos, acho que até por, uma questão vinculada à história da criança que é uma coisa que hoje eu entendo por toda experiência que eu tenho com os meninos já, que é [...] não importa. Eles podem chegar com um ano, com dois anos, que a história deles vai estar sempre presente, né (Ana, heteroparental).

Uma das coisas que nos preocupava era a bagagem que a criança trazia. Só que a gente passou por um dos Grupos de Adoção e isso ajudou muito a abrir a visão da gente sobre problemas mesmo. Ah! Qual a criança que não tem problema? Qual a criança que não traz uma bagagem? Mesmo sendo biológica, às vezes os pais brigam, tem problemas de família e essa criança traz isso pra frente e dá problema pros pais, né (Mário, homoparental).

Nota-se, portanto, que o reconhecimento desses pais a respeito dos mitos que envolvem a adoção foi decisivo para a aceitação dos filhos juntamente com seu histórico, abrindo espaço para ressignificações do passado, sem precisar negá-lo, ao contrário, legitimando-o e podendo construir juntos uma nova história. Além disso, destaca-se o medo dos pais e a insegurança de ter que lidar com os problemas que viriam juntamente com a vivência da parentalidade, presentes nas falas dos participantes. Na medida em que compartilham histórias e compreendem que os desafios são inerentes ao processo de se tornar mãe/pai, eles se sentem mais seguros para enfrentar as idiossincrasias da parentalidade.

A fala de André remete a esse encontro de histórias e ao respeito mútuo presente na construção do vínculo parento-filial:

Eu aprendi muito com ele, que assim, eu não posso impor só a minha vontade. Essa é a diferença da adoção tardia, porque quando você pega de pequenininho, você doutrina naquilo que você gosta e aos pouquinhos ela vai vendo que ela gosta. Nesse caso não, ele já vem com uma bagagem do que ele gosta, eu preciso respeitar isso. Um fato importante e interessante, ele ama filme de terror, ama! E eu odeio filme de terror e proibi ele de ver. Ele ia lá e eu desligava, desligava, desligava. Aí um dia ele falou assim, isso não é justo! Quando o senhor me conheceu eu já gostava de filme de terror, então o senhor não quer ver, vai pra o seu quarto e eu vejo na sala. Então eu posso ver, posso? Então eu parei e falei: ele tá hiper correto, é claro que pode ver (André, monoparental).

O medo de se deparar com o desconhecido e com o inapreensível na adoção tardia é outro elemento presente nas falas dos pais, que se expressa no receio de lidar com os 'terrores' das crianças, que em nada se assemelham ao caráter de ficção dos filmes. André menciona sua inquietante observação do fascínio do filho por filmes de terror. Este gênero de filme apresenta características mais repulsivas da realidade em uma forma de entretenimento, fazendo com que as pessoas se deparem com fortes emoções de estranheza, ansiedade e medo. O filho de André parece precisar sentir as emoções de terror de maneira controlada e distante, são os personagens que morrem, que são esquarterados e agredidos, aliviando de alguma forma a tensão interna que provoca desprazer. Talvez esta seja uma via de compreender, enfrentar figuras e vivências internas ameaçadoras, possivelmente ligadas à sua história de vida.

Ao pai resta testemunhar e acompanhar o filho, dando conta de que não pode privá-lo dessa necessidade, pois isso seria impedir um caminho para lidar com terrores internos. Essa narrativa aponta para a importância de os pais estarem conectados emocionalmente aos seus filhos e buscarem formas de suportar o que mais os assusta na vivência da

parentalidade: ver o sofrimento de um filho, seja ele decorrente do passado ou do presente. Desta forma, torna-se possível a construção de um futuro capaz de reparar o que possa ter havido de ruim e legitimar o que possa ter ficado de bom (Silva, Guimarães, & Pereira, 2014).

Por se tratar de adoção de criança maior, sobretudo, entende-se que essa nova construção de vínculo se dará como uma via de mão dupla, uma adoção mútua capaz de ressignificar o passado, sem precisar apagá-lo, antes disso, construir a possibilidade de uma nova história integradora. Considerando a importância da mutualidade na construção da parentalidade e da filiação (Levy & Bittencourt, 2013), entende-se que até mesmo nas vivências mais aterrorizantes o filho pode ajudar os pais a cuidarem dele. Os filhos emitem sinais que serão decodificados pelos pais, cabe estar atento ou pedir ajuda para identificá-los. Alguns pais mencionaram que a mutualidade da construção do vínculo se faz fundamental para a construção do vínculo parento-filial.

Porque a gente vai aprendendo a ser pai e mãe com as crianças [...]. Eu acho que eles ensinam a gente a ser pai e mãe melhores. Eles vão me ensinando aos pouquinhos a cuidar deles melhor. Eu tinha náusea só de pensar em ver um desenho animado, hoje eu já gosto de ver desenho animado. Também eu aprendo com ele (Claudia, heteroparental).

Outro aspecto relevante da motivação para adoção tardia diz respeito ao altruísmo e emergiu de forma direta e indireta para alguns participantes.

A gente percebeu que a gente tinha alguma dificuldade pra engravidar novamente, né, e aí a gente decidiu [...] os médicos recomendaram a gente fazer a inseminação artificial e a gente decidiu, achou melhor fazer a adoção. [...] até pela nossa religião que sempre incentivou, né, a fazer [...] também assim, procurar ajudar o próximo (Sara, heteroparental).

Minha vida inteira eu sempre me preocupei muito com essas crianças, adolescentes, que às vezes não tem chance na vida. E eu pude ajudar um. Que não foi uma ajuda, eu busquei um filho e com isso eu tirei um [...] eu dei uma chance pra uma criança ter uma família e ter um futuro melhor (André, monoparental).

Ebrahim (2001) constata que os adotantes tardios são, em sua maioria, mais altruístas que os convencionais e que a motivação para esse tipo de adoção está diretamente ligada à personalidade dos pais adotantes. Essa motivação se dá, sobretudo, pela preocupação em atender às necessidades do outro, segundo dados da mesma pesquisa. Contudo, é preciso atenção para quando a motivação altruísta se apresenta pela necessidade restrita de se tornar o 'salvador' de uma criança em uma atitude meramente narcísica.

Entende-se que nesses casos não se trata de uma atitude altruísta de fato, mas de um pseudo-altruísmo calcado no desejo de ser o salvador e não de salvar. Na tentativa de 'socorrer' a criança abandonada, o estabelecimento de leis e limites podem ficar fragilizados, intensificando-se os conflitos. Na maioria das vezes, os pais esperam que o filho se mostre grato à sua boa ação, ou seja, que os adotados atendam demandas narcísicas parentais criando expectativas irreais para o comportamento dessa criança (Ghirardi, 2015). Essa frustração ficou evidente na fala de Laura.

Eu fui uma menina pobre ajudada por alguém e tinha uma vontade de ajudar outra criança pobre. Eu tinha vontade de ajudar, mas a criança não queria ser ajudada. [...] na verdade eu criei uma expectativa altíssima pra mim por eu ser Assistente Social da Vara da Infância, do Tribunal de Justiça, responsável pelo programa de adoção da minha cidade. Mas ao mesmo tempo eu me sinto muito vitoriosa, sabe, porque eu acho que qualquer pessoa no meu lugar já teria desistido mais rápido (Laura, monoparental).

Dentre os dez entrevistados, o caso de Laura foi o único no qual os conflitos na relação se intensificaram de modo a fragilizar o vínculo mãe-filha. Esse fato aponta para a necessidade de atenção para as adoções que acontecem quando a motivação se dá prioritariamente pelo pseudo-altruísmo.

Considerações finais

As crianças que compõem o Cadastro Nacional da Adoção são, majoritariamente, maiores de três anos. Assim, a escolha pela adoção tardia, por parte dos pretendentes, acaba se tornando a única alternativa para que essas crianças venham a ter o convívio familiar ao qual têm direito. A busca dos pretendentes à adoção nem sempre corresponde ao real perfil disponível e, por isso, muitas crianças permanecem nas instituições de acolhimento, enquanto os pais esperam pela criança idealizada. Por isso, torna-se fundamental a reflexão a respeito das motivações para a escolha dos pretendentes pela adoção, sobretudo, na modalidade de adoção tardia.

Há certa transformação na motivação para adoção ao longo dos anos, não mais correspondendo, exclusivamente, em sua maioria, à infertilidade de um ou ambos os cônjuges. Foi possível notar o desejo por vivenciar a parentalidade como fator imperativo no momento da escolha por uma adoção. Além disso, novas formas de configurações familiares também favorecem que a adoção seja um dos meios pelos quais os pretendentes optam por vivenciar a parentalidade. Exemplos disso podem ser destacados nos casos em que o desejo por um filho emerge sem necessariamente ter um(a) parceiro(a), configurando uma família monoparental, e na busca por construir uma família com filhos nos casos de casais homossexuais. Esses são exemplos de motivações contemporâneas para adoção relacionadas às novas configurações familiares.

No que diz respeito especificamente à motivação para adoção tardia, constatamos que o desejo de não se deparar com os cuidados necessários para o desenvolvimento de um bebê emergiu como principal justificativa. Destaca-se, a partir das falas, que, além dos mitos impeditivos para a escolha pela adoção tardia, existem ainda os mitos que favorecem a opção por esse perfil, como o mito de que lidar com uma criança mais velha será mais fácil do que lidar com as demandas de dependência de um bebê.

Cabe assinalar que, ao adotarem uma criança maior, os pais adotam também o bebê que as constitui e que faz parte de sua história. Assim, momentos de regressão por parte da criança são evidenciados numa tentativa de reestabelecer o cuidado que anteriormente possa ter se apresentado como faltoso ou insuficiente. Também, compreende-se que essa regressão pode ser um recurso estruturante do vínculo, de modo que este seja sedimentado sob bases de trocas emocionais primitivas.

Desta forma, percebe-se que as motivações para adoção tardia se apresentam permeadas por mitos que se constituem como crenças, produzindo efeitos impeditivos ou impulsionadores. Na medida em que os pais são capazes de renunciar à ideia de que não precisam lidar com um bebê, se torna possível acolher as atitudes regredidas dos seus filhos, oferecendo espaço para elaborações importantes para a construção do vínculo parento-filial.

Os medos e fantasias relacionadas ao histórico da criança emergiram nas falas, configurando o principal impasse no momento de decidir pela idade do filho no perfil de adoção. Esse medo se relaciona àquilo que não se sabe ao certo como lidar, ou seja, ao lastro de vida que a criança carrega consigo e que demandará presença e permanência do novo ambiente, colocando-se disponível e inteiro para a construção do vínculo parento-filial.

Ademais, o altruísmo como motivação para adoção tardia emergiu no presente estudo como um complicador na medida em que se torna um pseudo-altruísmo, ou seja, o que prevalece é o desejo de ser o salvador e não o de salvar. A preocupação altruísta é importante para que os pais se apresentem disponíveis internamente à construção do vínculo parento-filial e atentos às demandas de cuidado que possam surgir por parte da criança. Todavia, quando a dita atitude altruísta aparece como motivação prioritariamente narcísica, ou seja, busca-se a adoção exclusivamente para suprir a satisfação de oferecer cuidado à uma criança, corre-se o risco de se deparar com a frustração da expectativa de ser o 'salvador'.

Destaca-se, a partir dos resultados deste estudo, o trabalho realizado nos Grupos de Apoio à Adoção como fator fundamental na desconstrução de mitos e fantasias dos pretendentes, na conscientização sobre o real perfil das crianças abrigadas e da adoção tardia como possibilidade. O espaço do grupo se apresentou como ferramenta potente para o encontro de histórias, favorecendo o sentimento de pertencimento, acolhimento e trocas entre os pretendentes.

Importante destacar como principal limitação do presente trabalho que os entrevistados, de forma geral, se apresentaram como militantes da nova cultura da adoção. Portanto, considera-se a possibilidade de um viés na composição do grupo de sujeitos investigados. Propõe-se que novos estudos sejam realizados, abarcando outros perfis de participantes, sobretudo os que envolvem desistência durante o período de estágio de convivência, configurando as adoções malogradas, tema ainda pouco discutido na literatura. Acredita-se que ao compreender melhor as motivações que envolvem a adoção, intervenções poderão ser pensadas, tendo em vista a diminuição dos insucessos nos processos de adoção.

A partir da compreensão acerca das vicissitudes das escolhas de quem se prontifica a adotar uma criança maior, pode-se construir novas formas de intervenção auxiliando nesse processo que, muitas vezes, não se dá de maneira fácil. Apesar dos avanços, ainda há um longo caminho a percorrer em busca da garantia do direito de toda criança/adolescente conviver em ambiente familiar propício para seu desenvolvimento físico e psíquico.

Referências

- Amim, I. D., & Menandro, P. R. M. (2007). Preferências por características do futuro filho adotivo: manifestadas por pretendentes à adoção. *Interação em Psicologia, 11*(2), 241-252.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Lisboa, PT: Edições 70.
- Britton, R. (2003). *Crenças e imaginação: explorações em psicanálise*. Rio de Janeiro, RJ: Imago.
- Cardoso, V. L., & Baiocchi, A. (2014). Preparação para adoção: o começo de uma nova família. In C. Lavocat & S. Diuana (Eds.), *Guia de adoção: no jurídico, no social, no psicológico e na família* (p. 53-64). São Paulo, SP: Roca.
- Costa, N. R., & Rossetti-Ferreira, M. C. (2007). Tornar-se pai e mãe em um processo de adoção tardia. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 20*(3), 425-434. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/prc/v20n3/a10v20n3.pdf>

- Ebrahim, S. G. (2001). Adoção tardia: altruísmo, maturidade e estabilidade emocional. *Psicologia, Reflexão e Crítica*, 14(1), 73-80. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/prc/v14n1/5208>
- Ghirardi, M. L. A. M. A. (2015). *Devolução de crianças adotadas: um estudo psicanalítico*. São Paulo, SP: Primavera Editorial.
- Giacomozzi, A. I., Nicoletti, M., & Godinho, E. M. (2016). As representações sociais e as motivações para adoção de pretendentes brasileiros à adoção. *Psychologica*, 58(1), 41-64.
- Gondim, A. K., Crispim, C. S., Fernandes, F. H. T., Rosendo, J. C., Brito, T. M. C. D., Oliveira, U. B. D., & Nakano, T. D. C. (2008). Motivação dos pais para a prática da adoção. *Boletim de Psicologia*, 58(129), 161-170. Recuperado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432008000200004&lng=pt&tlng=pt.
- Ladvocat, C. (2014). Campo clínico da prevenção na adoção. In C. Lavocat & S. Diuana (Eds), *Guia de adoção: no jurídico, no social, no psicológico e na família* (p.149-157). São Paulo, SP: Roca.
- Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979*. Institui o Código de Menores. Recuperado de: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6697-10-outubro-1979-365840-norma-pl.html>
- Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. (1990, 13 de julho). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm
- Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009*. (2009). Dispõe sobre adoção; altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências.. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm
- Levinzon, G. K. (2004). *Adoção*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo
- Levy, L., & Bittencourt, M. I. G. D. F. (2013). A delicada construção de um vínculo de filiação: o papel do psicólogo em processos de adoção. *Pensando famílias*, 17(1), 41-53.
- Levy, L., & Gomes, I. C. (2017). Grupos de preparação à adoção: dos pretendentes às crianças. In T. Féres-Carneiro (Org.), *Casal e família: teoria, pesquisa e clínica* (p. 157-174). Rio de Janeiro, RJ: Prospectiva & PUC-Rio.
- Luz, A. F., Gelain, D., & Amaral, L. M. (2014). Vivências das famílias na adoção tardia. *Revista de Psicologia da IMED*, 6(1), 52-57.
- Machado, R. N., Féres-Carneiro, T., & Magalhães, A. S. (2015). Parentalidade adotiva: contextualizando a escolha. *Psico*, 46(4), 442-451.
- Otuka, L. K., Scorsolini-Comin, F., & Santos, M. A. (2012). Adoção suficientemente boa: experiência de um casal com filhos biológicos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 28(1), 55-63. Recuperado de: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722012000100007>

- Peiter, C. (2011). *Adoção, vínculos e rupturas: do abrigo à família adotiva*. São Paulo, SP: Zagodoni.
- Queiroz, A. C. A., & Brito, L. (2013). Adoção tardia: o desafio da garantia do direito à convivência familiar e comunitária. *Textos & Contextos*, 12(1), 55-67.
- Riede, J. E., & Sartori, G. L. Z. (2013). Adoção e os fatores de risco: do afeto à devolução das crianças e adolescentes. *Perspectiva*, 37(138), 143-154.
- Rizzini, I., & Rizzini, I. (2004). *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro, RJ: Editora PUC-Rio.
- Sampaio, D. S., Magalhães, A. S., & Féres-Carneiro, T. (2018). Pedras no caminho da adoção tardia: desafios para o vínculo parento-filial na percepção dos pais. *Trends in Psychology*, 26(1), 311-324.
- Silva, M. L., & Arpini, D. M. (2013). A nova lei nacional de adoção: desafios para a reinserção familiar. *Psicologia em Estudo*, 18(1), 125-135.
- Silva, M. P. O. Guimarães, F. L., & Pereira, S. K. R. (2014). Caminhos da adoção. In C. Lavocat & S. Diuana (Eds.), *Guia da adoção: no jurídico, no social, no psicológico e na família* (p. 271-280) São Paulo, SP: Editora Roca.
- Trindade-Salavert, I. (Org.). (2010). *Os novos desafios da adoção: interações psíquicas, familiares e sociais*. Rio de Janeiro, RJ: Companhia de Freud.
- Vargas, M. M. (2013). *Adoção tardia: da família sonhada à família possível* (2a ed.) São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Vicente, C. M. (2006). Abrigos: desafios e perspectivas. *Boletim Uma Família Para Uma Criança – ABTH*, (12/13).
- Zornig, S. M. A. (2008). As teorias sexuais infantis na atualidade: algumas reflexões. *Psicologia em Estudo*, 13(1), 73-77. Recuperado de: <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722008000100009>

Recebido em 11/12/2018
Aceito em 23/04/2020

Débora da Silva Sampaio: PUC-Rio, doutoranda do Departamento de Psicologia, Rio de Janeiro - RJ, Brasil. UnigranRio, professora Colaboradora no curso de psicologia, Rio de Janeiro - RJ, Brasil. Celso Lisboa, professora auxiliar no curso de psicologia, Rio de Janeiro - RJ, Brasil

Andrea Seixas Magalhães: PUC-Rio, Professora Associada do Departamento de Psicologia, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

Rebeca Nonato Machado: PUC-Rio, Professora Assistente do Departamento de Psicologia, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.